

# SUMÁRIO

---

*Introdução, 1*

*Dicas para concurseiros, 7*

## **1 Direito processual constitucional, 11**

- 1.1 Esclarecimentos iniciais, 11
- 1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo, 12
- 1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa, 14
- 1.4 Constituição e processo, 19
- 1.5 Princípios constitucionais sobre o processo, 23
- 1.6 Princípio da igualdade (isonomia), 23
- 1.7 Princípio da legalidade, 26
- 1.8 Princípio da irretroatividade da norma, 28
- 1.9 Princípio da inafastabilidade da jurisdição, 30
- 1.10 Princípio do juiz natural, 32
- 1.11 Princípio do devido processo legal, 33
- 1.12 Princípios do contraditório e da ampla defesa, 34
- 1.13 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, 36
- 1.14 Princípio da necessidade de motivação das sentenças e demais decisões judiciais, 37
- 1.15 Princípio da publicidade dos atos processuais, 39
- 1.16 Princípio do duplo grau de jurisdição, 41
- 1.17 Princípio da celeridade na tramitação dos processos, 43
- 1.18 Jurisdição constitucional, 44

## **2 Teoria da constituição, 47**

- 2.1 Esclarecimentos iniciais, 47
- 2.2 Direito constitucional como ciência jurídica, 48
- 2.3 Direito constitucional como ramo do direito positivo, 49
- 2.4 Constituição, 53
- 2.5 Antecedentes da constituição, 56
- 2.6 Constitucionalismo, 60
- 2.7 Classificações das constituições, 62
- 2.8 Constituições quanto à origem, 62
- 2.9 Constituições quanto ao conteúdo, 64
- 2.10 Constituições quanto à forma, 65
- 2.11 Constituições quanto ao modo de elaboração, 67
- 2.12 Constituições quanto à estabilidade, 68
- 2.13 Constituições quanto à extensão, 70
- 2.14 Outras classificações, 71
- 2.15 Classificação da Constituição Federal de 1988, 73
- 2.16 Elementos da constituição, 75
- 2.17 Estrutura da Constituição de 1988, 77
- 2.18 Rigidez e supremacia da constituição, 80

## **3 Poder constituinte, 83**

- 3.1 Esclarecimentos iniciais, 83
- 3.2 Poder constituinte: origem da ideia, 84
- 3.3 Poder constituinte originário, 85
- 3.4 Natureza do poder constituinte originário, 87
- 3.5 Titularidade, exercício e formas de expressão do poder constituinte originário, 88
- 3.6 Características do poder constituinte originário, 90
- 3.7 Poder constituinte derivado, 92
- 3.8 Características do poder constituinte derivado, 93
- 3.9 Poder constituinte reformador (ou poder de emenda), 95
- 3.10 Limitações explícitas ao poder reformador na Constituição de 1988, 96
- 3.11 Limitações implícitas do poder reformador na Constituição de 1988, 98
- 3.12 Diferença entre reforma constitucional e mutação constitucional, 100
- 3.13 Poder constituinte decorrente, 102
- 3.14 Distrito Federal e poder constituinte decorrente, 103
- 3.15 Poder constituinte derivado de revisão, 105
- 3.16 Poder constituinte difuso, 107
- 3.17 Princípio da simetria, 108
- 3.18 Recepção, repristinação e desconstitucionalização de normas, 110

#### **4 Normas constitucionais: classificação, aplicabilidade e interpretação, 115**

- 4.1 Esclarecimentos iniciais, 115
- 4.2 Normas constitucionais quanto à espécie: princípios e regras, 116
- 4.3 Normas constitucionais quanto ao conteúdo: materiais e formais, 121
- 4.4 Normas constitucionais quanto à forma: escritas e não escritas, 126
- 4.5 Normas constitucionais quanto à aplicabilidade (notas introdutórias), 127
- 4.6 Eficácia jurídica × eficácia social, 129
- 4.7 Classificação da doutrina clássica, 130
- 4.8 Classificação de José Afonso da Silva, 135
- 4.9 Classificação de Maria Helena Diniz, 141
- 4.10 Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto, 144
- 4.11 Classificação de Uadi Lammêgo Bulos, 145
- 4.12 Interpretação das normas constitucionais, 148
- 4.13 Métodos clássicos de interpretação das normas, 150
- 4.14 Princípios específicos de interpretação constitucional, 155
- 4.15 Métodos de interpretação constitucional, 161
- 4.16 Súmulas vinculantes e a interpretação das normas, 163

#### **5 Controle de constitucionalidade: noções gerais, 165**

- 5.1 Esclarecimentos iniciais, 165
- 5.2 Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade, 165
- 5.3 Objeto do controle de constitucionalidade, 168
- 5.4 Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade, 170
- 5.5 Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade, 173
- 5.6 Parâmetro ou paradigma de controle de constitucionalidade, 176
- 5.7 As diversas espécies de inconstitucionalidade, 178
- 5.8 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal, 179
- 5.9 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão, 181
- 5.10 Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza, 183
- 5.11 Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco, 185
- 5.12 Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil, 187
- 5.13 Controle político, 187
- 5.14 Controle judicial, 190

#### **6 Controle difuso no Brasil, 193**

- 6.1 Esclarecimentos iniciais, 193
- 6.2 Controle difuso, 193
- 6.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso, 195
- 6.4 O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 196
- 6.5 Teoria da transcendência dos motivos determinantes e a ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 200

- 6.6 Cláusula de reserva de plenário, 202
- 6.7 Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil, 206
- 6.8 O recurso extraordinário, 207
- 6.9 Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal, 209
- 6.10 As súmulas vinculantes, 212
- 6.11 Controle difuso em ação civil pública, 218

## 7 Controle concentrado no Brasil: primeira parte, 221

- 7.1 Esclarecimentos iniciais, 221
- 7.2 Controle concentrado, 221
- 7.3 Efeitos da sentença no controle concentrado, 223
- 7.4 Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988, 225
- 7.5 Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn), 225
- 7.6 Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica, 226
- 7.7 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 229
- 7.8 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica, 231
- 7.9 O efeito vinculante da ADI e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo, 233
- 7.10 Princípio da “parcelaridade”, 234
- 7.11 Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração”, 235
- 7.12 Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ADI, 236
- 7.13 A figura do *amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade genérica, 238
- 7.14 Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 239
- 7.15 Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON), 241
- 7.16 Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade, 243
- 7.17 Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, 244
- 7.18 O *amicus curiae* na ação declaratória de constitucionalidade, 245
- 7.19 Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade, 246
- 7.20 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 247
- 7.21 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 249
- 7.22 O *amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 251
- 7.23 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 252
- 7.24 Principais regras procedimentais sobre a ADI por omissão, 253
- 7.25 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 256
- 7.26 Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 259
- 7.27 Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 260

## 8 Controle concentrado no Brasil: segunda parte, 263

- 8.1 Esclarecimentos iniciais, 263
- 8.2 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), 264
- 8.3 Parâmetro de controle da ADPF, 266
- 8.4 Objeto da ADPF, 268

- 8.5 Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental, 271
- 8.6 A potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 273
- 8.7 Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental, 275
- 8.8 Principais regras procedimentais da ADPF, 279
- 8.9 Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça, 282
- 8.10 Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, 285
- 8.11 Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica, 287
- 8.12 Da interpretação conforme a Constituição, 289
- 8.13 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, 290
- 8.14 Breve histórico sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro, 292

## 9 Remédios constitucionais: primeira parte, 297

- 9.1 Esclarecimentos iniciais, 297
- 9.2 Direitos e garantias fundamentais, 298
- 9.3 Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais, 300
- 9.4 Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais, 301
- 9.5 Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais, 303
- 9.6 Elenco dos remédios constitucionais, 304
- 9.7 *Habeas corpus*, 307
- 9.8 Hipóteses de cabimento do *habeas corpus*, 308
- 9.9 Hipóteses em que não cabe o *habeas corpus*, 312
- 9.10 Modalidades de *habeas corpus*, 314
- 9.11 Legitimação ativa e passiva do *habeas corpus*, 314
- 9.12 Competência em matéria de *habeas corpus*, 316
- 9.13 Principais regras procedimentais do *habeas corpus*, 319
- 9.14 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o *habeas corpus*, 322
- 9.15 Mandado de segurança individual, 322
- 9.16 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual, 323
- 9.17 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual, 326
- 9.18 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual, 328
- 9.19 Competência em sede de mandado de segurança individual, 332
- 9.20 Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual, 333
- 9.21 Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança, 337
- 9.22 O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento, 339
- 9.23 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual, 340
- 9.24 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual, 344

## 10 Remédios constitucionais: segunda parte, 345

- 10.1 Esclarecimentos iniciais, 345
- 10.2 Mandado de segurança coletivo, 346
- 10.3 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo, 347
- 10.4 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo, 348
- 10.5 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo, 350
- 10.6 As espécies de direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo, 354
- 10.7 Competência em sede de mandado de segurança coletivo, 356
- 10.8 Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo, 357
- 10.9 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo, 359
- 10.10 Principais súmulas do STF sobre o mandado de segurança coletivo, 362
- 10.11 Mandado de injunção, 363
- 10.12 Hipóteses de cabimento do mandado de injunção, 364
- 10.13 Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção, 366
- 10.14 Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção, 367
- 10.15 Competência em relação ao mandado de injunção, 369
- 10.16 Controvérsia acerca dos efeitos da concessão da injunção, 369
- 10.17 Distinção entre mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 372
- 10.18 *Habeas data*, 373
- 10.19 Hipóteses de cabimento do *habeas data*, 375
- 10.20 Legitimação ativa e passiva do *habeas data*, 378
- 10.21 Competência em sede de *habeas data*, 379
- 10.22 Principais regras procedimentais do *habeas data*, 380
- 10.23 Ação popular, 384
- 10.24 Hipóteses de cabimento da ação popular, 386
- 10.24 Legitimação ativa e passiva da ação popular, 390
- 10.25 Competências em sede de ação popular, 393
- 10.26 Principais regras procedimentais da ação popular, 395
- 10.27 Súmula sobre a ação popular, 398
- 10.28 Direito de petição, 398
- 10.29 Direito de certidão, 399

## 11 Organização do Poder Judiciário, 401

- 11.1 Esclarecimentos iniciais, 401
- 11.2 A organização do Poder Judiciário, 401
- 11.3 Previsão do quinto constitucional, 405
- 11.4 As garantias dos juízes, 406
- 11.5 As vedações impostas aos juízes, 408
- 11.6 A vedação ao nepotismo no Poder Judiciário, 408
- 11.7 A autonomia administrativa e financeira, 410

- 11.8 O Supremo Tribunal Federal, 410
- 11.9 O Conselho Nacional de Justiça, 413
- 11.10 O Superior Tribunal de Justiça, 415
- 11.11 Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais, 418
- 11.12 Os Tribunais e Juízes do Trabalho, 421
- 11.13 Os Tribunais e Juízes Eleitorais, 423
- 11.14 Os Tribunais e Juízes Militares, 425
- 11.15 Os Tribunais e Juízes dos Estados, 426
- 11.16 Ministério Público, 427
- 11.17 Princípios que regem o Ministério Público, 428
- 11.18 Autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público, 429
- 11.19 Garantias e vedações do Ministério Público, 430
- 11.20 Funções institucionais do Ministério Público, 432
- 11.21 Conselho Nacional do Ministério Público, 432
- 11.22 Advocacia Pública, 433
- 11.23 Advocacia e a Defensoria Pública, 434

*Bibliografia*, 437

*Índice remissivo*, 443